

2º CICLO DE ESTUDOS EM CIÊNCIAS FORENSES
PSIQUIATRIA E PSICOLOGIA FORENSES

Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres

Daniela Alexandra Santos Davide

M

2016



Daniela Alexandra Santos Davider. Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres



M. FMUP 2016

Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres

Daniela Alexandra Santos Davide

SEDE ADMINISTRATIVA

FACULDADE DE MEDICINA
FACULDADE DE CIÊNCIAS
FACULDADE DE DIREITO
FACULDADE DE FARMÁCIA
FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS ABEL SALAZAR



Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres

Daniela Alexandra Santos Davide

Mestrado em Ciências Forenses, Universidade do Porto

Porto, 2016

Orientadora: Professora Doutora Celina Paula Manita Santos

Resumo

A literatura sugere a existência de um viés de género na representação dos perpetradores de Abuso Sexual de Crianças (ASC), o que condiciona, entre outros aspetos, a reação face a casos perpetrados por mulheres. Através de uma metodologia mista, conjugando métodos qualitativos, como a associação livre e a análise de conteúdo, com métodos quantitativos, como a construção e administração de um questionário, pretendeu-se estudar as Representações Sociais (RS) do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres (ASCPM). A amostra é constituída por 202 sujeitos, 68.3% do sexo feminino e 31.7% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 18 e os 70 anos. Os resultados apontam para uma forte associação entre ASCPM e patologia, entre outras dimensões que serão apresentadas e analisadas neste artigo. Os sujeitos com algum tipo de experiência profissional na área do ASC parecem ser menos suscetíveis a crenças que minimizem a gravidade e consequências do ASCPM.

Palavras-chave: Representações sociais; abuso sexual de crianças; mulheres perpetradoras; viés de género.

Abstract

The literature suggests the existence of a gender bias in the representation of perpetrators of Child Sexual Abuse (CSA), which conditions, among other aspects, the reaction towards cases perpetrated by women. Through a mixed methodology, combining qualitative methods, such as free association and content analysis, with

quantitative methods, such as construction and administration of a questionnaire, we intend to study the Social Representations (SR) of Child Sexual Abuse Perpetrated by Women (CSAPW). The sample consists of 202 subjects, 68.3% females and 31.7% males, with ages ranging from 18 to 70 years. The results show a strong association between CSAPW and pathology, among other dimensions that will be presented and analyzed in this article. The subjects with some kind of professional experience in the CSA area seem to be less susceptible to beliefs that minimize the severity and consequences of CSAPW.

Keywords: Social representations; child sexual abuse; female perpetrators; gender bias.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS PERPETRADO POR MULHERES

Índice

1. Resumo	P.1
2. Abstract	P.1
3. Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres	P.3
3.1. Representações sociais	P.4
3.2. Representações sociais do abuso sexual de crianças	P.6
4. Metodologia	P.11
4.1. Objeto e objetivos da investigação	P.11
4.2. Método	P.12
4.3. Instrumentos e procedimento	P.13
4.3.1. Estudo exploratório	P.13
4.3.2. Segundo estudo	P.14
4.4. Caracterização das amostras	P.16
4.4.1. Amostra do estudo exploratório	P.16
4.4.2. Amostra do segundo estudo	P.16
4.5. Resultados	P.18
4.5.1. Entrevista de associação livre de palavras	P.18
4.5.2. Questionário	P.20
4.5.2.1. Estatística inferencial	P.24

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS PERPETRADO POR MULHERES

4.5.2.2. Correlações	P.28
5. Discussão e Conclusão	P.33
6. Reflexões Finais	P.38
7. Referências	P.41
8. Anexos	P.48
8.1. Anexo A: Entrevista de Associação Livre de Palavras	P.48
8.2. Anexo B: Categorias - Entrevista de Associação Livre de Palavras	P.51
8.3. Anexo C: Questionário - Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres	P.58
8.4. Anexo D: Normas para Publicação da Revista Psicologia	P.70

Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres

Tema de crescente interesse científico e social, o ASC é um fenómeno complexo e multideterminado, de definição não consensual. As principais diferenças encontradas nas definições situam-se sobretudo na diferença de idades (e maturidade) que é estipulada entre agressor e vítima e nos tipos de comportamentos que são considerados abusivos pelos diferentes autores (Finkelhor, 1997). Finkelhor (1997) entende que podem ser assumidas como ASC as situações em que existe contacto sexual entre indivíduos com evidente diferença no grau de maturidade, quando o perpetrador assume uma posição de poder ou de responsabilidade pela criança ou quando o contacto sexual ocorre com recurso a chantagem, coação ou violência sobre a vítima.

O ASC tem sido objeto de crescente investigação em Portugal, todavia, é ainda difícil perceber a verdadeira prevalência e incidência do fenómeno na realidade nacional. A comissão de proteção de crianças e jovens em risco sinalizou, em 2015, 759 casos de abuso sexual de crianças e jovens (CNPCJR, 2015). O relatório anual de segurança interna (2015) registou 133 detidos do sexo masculino (95.4%) e 4 do sexo feminino (4.6%) pelo crime de ASC. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou, em 2015, 102 crimes de ASC (APAV, 2015).

A investigação científica tem demonstrado que as estatísticas oficiais da criminalidade não revelam a verdadeira dimensão dos fenómenos criminais. Tal como refere Elliott (1994) foram necessários muitos anos e vasta investigação na área do ASC para que se reconhecesse a sua existência. Mitos ou crenças presentes na sociedade acerca deste fenómeno podem influenciar a sua visibilidade, nomeadamente no que diz

respeito a representações do/a abusador/a. Sendo a perpetração deste tipo de abuso por parte de uma mulher uma realidade pouco conhecida e, em certa medida, ignorada tanto pela comunidade científica como pelo senso comum, e estando as estatísticas oficiais dependentes, em grande parte, do relato das vítimas, os números poderão não refletir a verdadeira incidência deste comportamento quando ele é perpetrado por mulheres (ibidem). Paralelamente, a imagem social ainda dominante da mulher como incapaz de manifestar comportamentos agressivos e como um sujeito sexualmente passivo, reforça a invisibilidade deste comportamento de abuso. A investigação das representações sociais do ASCPM é, assim, importante, não só por contribuir para aumentar o conhecimento sobre o fenómeno, mas também por fornecer informação crucial para combater desinformação, mitos e enviesamentos que podem afetar a identificação desse comportamento e, conseqüentemente, o número de denúncias, deixando as vítimas mais desprotegidas.

Representações Sociais

O conceito de RS foi introduzido por Moscovici, em 1961, tendo como base e promovendo a transformação do conceito de representação coletiva, introduzido por Durkheim (1898). Este conceito traduzia a ideia de “identidade” de uma sociedade, um conjunto de diretrizes pelas quais os indivíduos se regem ou são inconscientemente influenciados, gerando formas estáveis de pensar características de cada sociedade (Vala & Castro, 2013). Procurando compreender e explicar a pluralidade de ideias numa mesma sociedade, Moscovici transformou o conceito de representações coletivas, adaptando-o às sociedades contemporâneas (Vala & Castro, 2013) e desenvolvendo um novo conceito e uma nova teoria, a das representações sociais, ainda hoje fundamental

para a compreensão de diversos fenômenos contemporâneos.

Não obstante não existir uma definição única de RS, elas podem ser descritas como “um conteúdo mental estruturado – isto é cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente partilhado com outros membros do grupo social” (Wagner, 2000, pp. 3-4). As RS permitem aos sujeitos conhecer e explicar a realidade, criar identidade de grupo e orientar e justificar os comportamentos e condutas (Abric, 2000). As RS têm origem, transformam-se e propagam-se através do discurso e da interação social (Vala & Castro, 2013), sendo geradas, essencialmente, através de dois processos: a ancoragem e a objetivação (Moscovici, 2001). A ancoragem é o processo através do qual conceitos desconhecidos são associados a categorias ou ideias já familiares para os sujeitos (Moscovici, 2001). Quando ancorado, o novo objeto irá ser influenciado pelas características da categoria na qual foi incluído, adquirindo um “nome”, uma classificação, uma posição positiva ou negativa num sistema de classificações (ibidem). A objetivação é o processo que transforma algo abstrato em real, consiste na materialização do conceito, fazendo com que lhe seja atribuído significado, o que permitirá identificá-lo, tornando-o natural para os sujeitos (Moscovici, 2001). Estes processos transformam ideias desconhecidas em objetos familiares, permitindo aos sujeitos materializá-los, interpretá-los e descrevê-los, fornecendo moldes para as atitudes, comportamentos e opiniões relativamente a estes objetos (Moscovici, 2001).

As RS podem ser abordadas segundo diversas perspectivas, havendo, no entanto, questões que são comuns a todas as abordagens: as RS têm uma origem social,

resultando de uma relação triádica Ego, Alter e Objeto (Marková, 2003; Moscovici, 1972; cit in Vala & Castro, 2013), isto é, da interação de um sujeito com outro em relação a um objeto (num determinado momento histórico). Esta interação leva a duas principais consequências, uma cultural - que corresponde à ideia de que toda a representação social resulta de conceitos que foram sendo partilhados até se tornarem “tradições” - e outra interativa e contextual que evidencia que, paralelamente à influência cultural, existe também a contínua formação e transformação das RS através da interação direta entre um e outro sujeito, o que permite explicar a sua constante transformação (Vala & Castro, 2013).

As representações são adicionalmente influenciadas pelos grupos em que ocorrem, não estando a variação das representações sociais sujeita apenas a contextos, mas também às identidades dos grupos, que comportam, já em si, determinado conteúdo (Vala & Castro, 2013). Apesar de as representações sofrerem variações e se encontrarem em constante transformação, tendo em conta a cultura, os sujeitos e os contextos, têm também uma faceta estável. As representações que adquirem estabilidade surgem como reguladoras, permitindo orientar as respostas sociais (Vala & Castro, 2013).

Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças

A investigação em Portugal acerca das RS do ASC é escassa, incidindo maioritariamente em representações acerca de características, respostas e repercussões do abuso, assim como em crenças e fatores que legitimam e mantêm este tipo de violência. Exceto referências pontuais a representações do/a perpetrador/a, não foram encontrados estudos especificamente focados nas RS do/a abusador/a sexual de crianças (e.g., Almeida, 2003; Fazenda, 2010).

Os estudos que têm sido desenvolvidos no sentido de perceber as RS do ASC revelam que existe uma tendência para a associação entre o abuso e um ofensor do sexo masculino (Levenson, Brannon, Fortney & Baker, 2007). Denov (2003a) afirma que embora as atitudes relativamente à prevalência do ASC se tenham vindo a modificar, e seja hoje reconhecida a sua ocorrência, verifica-se um viés de género no qual o homem assume maioritariamente o papel de perpetrador e a mulher o papel de vítima. Embora o homem possa representar o principal perpetrador deste tipo de abuso e teorias explicativas sobre este facto tenham sido avançadas pela literatura, isto não significa que uma mulher não possa ter este tipo de comportamento. A mulher enquanto abusadora sexual encontra-se pouco representada nas estatísticas oficiais da criminalidade, o que por um lado contribui para a crença de que a mulher não assumirá o papel de ofensora sexual (Hetherington, 1999), e por outro significará que muitas vítimas de ofensas praticadas por mulheres não denunciam as experiências de abuso.

Estudos retrospectivos e de autorrelato demonstram que existe uma elevada relutância por parte das vítimas em denunciar o abuso sexual (AS) quando este é perpetrado por uma mulher, podendo ser vários os fatores que contribuem para o silêncio. Tratando-se ainda de um tema tabu, por vezes, as vítimas não falam sobre o abuso por desconhecerem esta realidade, acabando por desvalorizar os comportamentos abusivos (Elliott, 1994). Outras confessam que apenas confidenciaram as experiências abusivas já na idade adulta, pelo receio que sentiam em serem descredibilizadas (Denov, 2003b).

A literatura sugere que a perpetração de AS por um sujeito do sexo feminino desafia e põe em causa representações sobre a mulher que se encontram enraizadas na

sociedade. O gênero da vítima e do ofensor e as RS acerca da sexualidade de ambos os gêneros, nomeadamente a representação da mulher como sexualmente passiva, condicionam a aceitação de que uma mulher pode assumir o papel de abusadora (Denov, 2003a; Nelson, 1994). Uma mulher que manifesta um comportamento sexualmente agressivo contraria as representações de gênero e os papéis sexuais tradicionais do homem e da mulher (Byers 1996, cit in Denov, 2003a).

O conflito entre a idealização da mulher e o seu papel no AS pode resultar na justificação do abuso pela presença de uma patologia ou estado mental que perturbe o seu comportamento (Hayes & Baker, 2014; Nelson, 1994; Sacau, Alves & Peixoto, 2004). A patologização das abusadoras traduz um esforço para distanciar estas mulheres de uma mulher “normal” que encaixe nos padrões de gênero tradicionais, representando a mulher delinvente como uma mulher doente (Matos, 2006). A investigação sugere que crenças e estereótipos semelhantes se manifestam nas reações e nas atitudes de profissionais que atuam na área do ASC. Para além da justificação do comportamento desviante pela presença de uma patologia, verifica-se uma tendência para tentar explicar ou desvalorizar o comportamento através de outros fatores externos ao abuso. Num estudo de casos de ASCPM registados em órgãos policiais Nelson (1994) apurou que os polícias responsáveis pela avaliação dos casos de abuso tendem a desculpar atos de AS quando a própria abusadora tenha sido vítima de abusos sexuais ou demonstre arrependimento, usando este argumento como justificação para não responsabilizar legalmente as agressoras. As respostas de caráter negativo por parte de profissionais passam muitas vezes pelo desconforto em aceitar que uma mulher pode assumir o papel de perpetradora, pela minimização do abuso e das consequências para as vítimas ou pela

total descredibilização das alegações feitas pela vítima (Denov, 2003b).

Para além da tendência para descredibilizar os casos em que as ofensoras são mulheres, o ASCPM é socialmente considerado menos grave e menos danoso para as vítimas do que o perpetrado por homens (Clements, Dawson & Nair, 2013; Hetherton, 1999; Landor, 2009; Nelson, 1994). Alguns investigadores apuraram ainda que, tratando-se de uma criança do sexo masculino, o AS é visto pelo senso comum, por profissionais e, mesmo, por algumas vítimas como benéfico quando é perpetrado por uma mulher (Denov, 2003b; Elliott, 1994; Landor, 2009; Nelson, 1994). Esta ideia revela novamente a influência dos papéis (tradicional) sexuais e de género, sendo o homem representado como o sujeito ativo, que inicia e deseja o contacto sexual, e a mulher como um sujeito passivo, a sua abordagem não será agressiva nem rejeitada pelo homem que, portanto, beneficiará do contacto sexual. Os abusos sexuais perpetrados por uma mulher, ou rapariga mais velha, sobre crianças do sexo masculino são descritos, assim, muitas vezes, como uma forma natural de “iniciação” à vida sexual (Nelson, 1994). Os organismos e os profissionais que trabalham na área do ASC são responsáveis pela identificação e acompanhamento das vítimas de AS e têm um papel fundamental não só na promoção do bem-estar e proteção das vítimas, como na sinalização dos casos e identificação dos/as alegados/as ofensores/as (Denov, 2003a), sendo, portanto, vital que não se deixem influenciar por este viés de género no que diz respeito ao ASC.

As representações de quem perpetra ASC variam tendo em conta o género do/a ofensor/a e da vítima, mesmo quando consideradas as mesmas situações. Verifica-se uma tendência dos sujeitos para expressarem maior raiva e considerarem a necessidade

de punições mais severas face a um abuso perpetrado por um homem, comparativamente ao perpetrado por uma mulher (Geddes, Tyson & McGreal, 2012; Hetherthor & Berdsall, 1988). Os investigadores apuraram que, independentemente destas perceções, as mulheres, no geral, demonstram mais atitudes condenatórias face ao ASC, independentemente do sexo do agressor, do que os homens (ibidem). A representação dos perpetradores de ASC na comunicação social revela de igual forma a presença de estereótipos de género (Sacau et. al, 2004). Landor (2009) identificou discrepâncias na forma como os/as perpetradores/as e as vítimas eram descritas e na representação do próprio AS, em situações semelhantes, tendo em conta o sexo dos intervenientes. As vítimas de abuso perpetrado por uma mulher são frequentemente percecionadas como “amantes”, contrariamente ao que se verifica nos casos em que o abusador é do sexo masculino, sendo, nestes casos, descritas como “vítimas” (Hayes & Baker, 2014; Landor, 2009). O termo vítima aparece, na verdade, mais vezes associado à abusadora sexual, aliado aos termos “vulnerável”, “só” e “depressiva”, o que poderá influenciar a opinião social no sentido de desresponsabilização da perpetradora (ibidem). Contrariamente a estas respostas sociais, outros estudos demonstram a tendência, de igual forma exacerbada, para julgar a mulher perpetradora de AS de forma mais negativa (e.g. Hayes & Baker, 2014). Existe, portanto, uma dupla face na representação da mulher neste campo – se, por um lado, se verifica uma tendência para desresponsabilizar, por outro, existe uma atitude mais negativa face a estas mulheres, por violarem princípios que se prendem diretamente com a idealização da mulher numa lógica moral tradicional (Alssopp, 2014).

A literatura sugere que a influência dos estereótipos e papéis de género na

representação do abusador sexual como um sujeito do sexo masculino é transversal ao discurso social, mediático e profissional (Clements et. al 2013; Denov, 2003; Geddes et al., 2012; Hetherington, 1999; Hetherington & Beardsall, 1998; Sacau et., al 2004). As representações da mulher em termos de sexualidade, como sendo um sujeito passivo, maternal e incapaz de comportamentos agressivos, encontram-se de tal forma enraizadas na sociedade que impedem uma abordagem livre de preconceitos e ideias estereotipadas que permitam uma melhor compreensão deste fenómeno (Denov, 2003a).

Metodologia

Objeto e Objetivos da Investigação

O tema das representações sociais tem sido amplamente estudado e aplicado a diversas áreas de conhecimento. A necessidade de perceber como se formam, estruturam e desenvolvem as representações que criamos dos objetos tem motivado a sua aplicação aos mais variados aspetos e áreas de investigação.

É muito escassa a bibliografia que aborde especificamente as representações do ASC em função do sexo do abusador, tendo sido a falta de informação sobre representações do abuso perpetrado por mulheres o principal fator de motivação para a elaboração do presente estudo.

Tem-se, portanto, como objetivo geral deste estudo aceder às representações sociais do ASCPM numa amostra portuguesa. São objetivos mais específicos deste estudo:

- Verificar se é reconhecida a ocorrência de ASCPM e se o seu reconhecimento é afetado por fatores externos ao abuso;
- Verificar se existem diferenças entre as RS do abusador sexual do sexo

masculino e do abusador sexual do sexo feminino.

- Verificar se existem diferenças nas RS do abuso, tendo em conta variáveis como o sexo e a área profissional dos sujeitos, se têm ou não filhos e se já tiveram ou não contacto com algum/a abusador/a sexual de crianças.

- Verificar se existem diferenças entre as representações reveladas pela população em geral e as que apresentam os profissionais com formação/intervenção específica em áreas relacionadas com o ASC, designadamente, psicólogos, criminólogos, juristas, médicos, agentes dos órgãos das forças policiais, assistentes sociais e técnicos de serviço social.

Método

Relativamente ao processo de investigação das RS, não existem metodologias únicas para o seu estudo, facto que deriva, em parte, das diferentes definições do conceito, mas também da variedade de áreas de estudo (Vala & Castro, 2013).

No presente estudo recorreu-se a uma metodologia mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos de recolha de dados. No primeiro estudo, de carácter exploratório, recorreu-se a uma metodologia maioritariamente qualitativa, assente no método de associação ou evocação livre de termos associados ao ASCPM e às características atribuídas à mulher e ao homem que perpetraram ASC e respetiva análise de conteúdo. Com base nos dados obtidos no primeiro estudo elaborou-se um questionário aplicado na recolha dos dados do segundo estudo, de carácter mais quantitativo.

Uma metodologia mista pode ser descrita como a combinação de métodos qualitativos e quantitativos, sendo os métodos utilizados de forma simultânea ou sequencial e existindo um, ou vários momentos de integração dos dados provenientes

dos dois métodos ao longo da investigação (Creswell, et al., 2003). O recurso a uma metodologia mista oferece mais vantagens, na medida em que a combinação dos dois métodos de pesquisa permite, à partida, um maior acesso a informação e entendimento do objeto de estudo, combinando as vantagens dos dois tipos de estudo (Lopez-Fernandez, Molina-Azorin, 2014) e permitindo minimizar algumas das desvantagens do uso isolado de um ou outro método (Creswell, et al., 2003).

Instrumentos e Procedimento

Estudo exploratório. Numa primeira fase desenvolveu-se um estudo exploratório (anexo A) no qual foram recolhidas, através de um método de entrevista por associação livre de palavras, frases ou termos associados ao fenómeno do ASC, em particular ao perpetrado por mulheres. O estudo exploratório constitui uma fase de elevada importância na investigação de RS, correspondendo a um momento de recolha de conteúdo verbal.

O instrumento contém quatro questões abertas - na primeira pede-se aos inquiridos que escrevam livremente termos que associam ao ASCPM, nas Questões 2 e 3 pede-se que enunciem as principais características de um homem e de uma mulher que abuse sexualmente de crianças e, por último, na Questão 4, pede-se que descrevam as atitudes que tomam quando têm conhecimento do abuso. São ainda colocadas questões para averiguar quais os participantes que já tiveram algum tipo de contacto direto com este tipo de ofensores e são solicitados dados sociodemográficos.

Para a análise dos dados foram, através de uma metodologia de análise de conteúdo, criadas categorias de resposta por proximidade semântica entre os termos listados e, posteriormente, tendo como base critérios de frequência, selecionados os

termos mais relevantes em cada categoria, para servir de base à construção do questionário utilizado no segundo estudo (anexo B). Pretendeu-se, portanto, com o estudo exploratório, perceber que termos são predominantemente associados ao fenómeno do ASC e à mulher enquanto perpetradora do abuso.

Para a constituição da amostra recorreu-se, num primeiro momento, a um procedimento do tipo “bola de neve” (Goodman, 1961), um método não probabilístico, ao qual se tem recorrido muito na investigação na área das ciências sociais. Optámos pelo uso deste método por permitir aceder a uma amostra de sujeitos num curto espaço de tempo, sendo de baixo custo. A principal limitação desta técnica diz respeito ao potencial enviesamento da população, por estar muito dependente da rede de conhecimentos do investigador e dos sujeitos inicialmente abordados (Biernacki & Waldorf, 1981). De forma a contornar as limitações do método referido e garantir uma maior variabilidade da amostra recorreu-se, também, na recolha de dados, à abordagem de sujeitos por contacto aleatório feito na rua, permitindo, assim, conceder à amostra uma maior diversidade. Através do método de bola de neve obtiveram-se 20 respostas ao instrumento (66%) e através do contacto aleatório feito na rua foram conseguidas 10 respostas (33%).

Segundo estudo. Após a análise dos dados obtidos no estudo exploratório, construiu-se um questionário (anexo C) que permitisse aceder às RS sobre o nosso objeto de estudo, recorrendo este segundo estudo a uma metodologia predominantemente quantitativa.

O questionário é composto por seis partes: na primeira parte pretendeu-se recolher dados sociodemográficos e perceber quais os participantes que já tinham tido algum

tipo de contacto com abusadores/as sexuais de crianças. As restantes cinco partes são compostas por itens com opções de resposta que correspondem a uma escala de Lickert de seis valores. A segunda parte contém 30 afirmações (construídas com base nos resultados do estudo exploratório e da revisão de bibliografia efetuada) acerca do ASC e da mulher enquanto perpetradora do abuso, com uma escala de resposta que varia entre 1 (*Discordo totalmente*) e 6 (*Concordo totalmente*). Na terceira parte apresentam-se algumas características que se devem fazer corresponder, através de uma escala que varia entre 1= (*Nada*) e 6= (*Muito*), a uma mulher e a um homem que abuse sexualmente de crianças. As partes quatro e cinco contêm diversas afirmações que correspondem a atitudes e comportamentos que se podem adotar quando se tem conhecimento do ASCPM, e nas quais se pede aos participantes que se posicionem numa escala de *Lickert* que varia entre 1 = (*Discordo totalmente*) e 6 = (*Concordo totalmente*). Por último, na sexta parte, os participantes devem classificar um conjunto de comportamentos de ASCPM, de 1 = (*Nada grave*) a 6 = (*Extremamente grave*).

O questionário foi elaborado em versão eletrónica para que se pudesse chegar a um maior número de pessoas em menor tempo. Como era do nosso interesse chegar igualmente a profissionais com conhecimentos especializados na área do ASC, foram enviados emails a diversas instituições que pudessem ter contacto com esta realidade, solicitando a colaboração dos seus técnicos. Optou-se por estes procedimentos e metodologia de recolha online em detrimento da recolha face a face, dada a rapidez e facilidade com que permitem aceder a um grande número de pessoas, oferecendo também a vantagem de se garantir um maior anonimato aos inquiridos, acreditando-se que este facto pode minimizar a influência da deseabilidade social e potenciar uma

maior sinceridade nas respostas, principalmente em estudos que envolvam opiniões acerca de comportamentos socialmente reprovados (Bradburn et al., 1979; Tourganeau & Smith, 1996; cit in Raymon Lee, 2000).

Através deste método é possível ainda tornar de resposta obrigatória as questões fundamentais, evitando, assim, que os inquiridos optem por não responder; no entanto, este facto pode também ser apontado como desvantagem, na medida em que poderá levar à desistência do preenchimento do questionário ou a respostas aleatórias (Terrível, et al., 2013). Entende-se, contudo, que as vantagens compensam essas eventuais desvantagens. Uma vez que neste, como em qualquer outro questionário, podem surgir dificuldades ou erros na interpretação das questões por parte dos inquiridos foi explicitamente dada a hipótese de colocação de dúvidas através de correio eletrónico, de forma a tentar minimizar eventuais problemas a este nível.

Caracterização das Amostras

Amostra do estudo exploratório. A amostra é constituída por 30 sujeitos, 21 (70%) do sexo feminino e nove do sexo masculino (30%). Os participantes têm idades compreendidas entre os 24 e os 62 anos ($M=42$, $DP=11.41$). Setenta e três por cento da amostra tem um curso superior.

Nenhum dos participantes do estudo exploratório teve contacto com abusadores sexuais de crianças, quer no âmbito profissional quer fora deste.

Amostra do segundo estudo. A amostra do segundo estudo é constituída por 202 participantes, dos quais 138 são do sexo feminino (68.3%) e 64 do sexo masculino (31.7%). A idade da amostra está compreendida entre 18 e 70 anos ($M=35.37$, $DP=13.13$). Relativamente ao estado civil 52% dos participantes são solteiros, 38%

estão casados ou em união de facto, 8% divorciados ou separados e 1% viúvos.

Quarenta e três por cento da amostra tem filhos. No que diz respeito às habilitações literárias, 78% da amostra tem curso superior, 18% o ensino secundário e 3% o ensino básico.

No que diz respeito à profissão obteve-se um leque muito variado de respostas, pelo que optámos por agrupar as várias profissões com base no sistema de classificação nacional. Apurou-se que 55% da amostra corresponde a quadros superiores, especialistas e técnicos (três primeiros grupos da classificação nacional), 18.3% exerce cargos de administração, serviços e vendas (Grupos 4 e 5 da classificação nacional), 17.8% é estudante, 5.9% corresponde a aposentados/desempregados, 2% a trabalhadores não classificados (Grupo 9 da classificação nacional) e 1% a agricultores, operários e operadores (Grupos 6, 7 e 8). Para além desta classificação, optou-se por dividir a amostra em dois grupos, agrupando os sujeitos que possam ter contacto profissional com abusadores/as sexuais, em função da profissão que exercem, ou pelos conhecimentos específicos que ela exige. Procedendo a esta divisão verificou-se que 19.3% da amostra exerce uma profissão na qual pode ter contacto com agressores/as sexuais. Este grupo inclui médicos (33%), psicólogos (18%), agentes das forças policiais (10%), advogados (10%), assistentes sociais (13%), criminólogos (5%), sociólogos (3%), magistrados (3%), juízes (3%) e solicitadores (3%).

Relativamente ao contacto profissional ou extraprofissional com abusadores sexuais de crianças, 30.7% dos participantes afirma já ter tido algum tipo de contacto com estes agressores. Dezoito ponto três por cento (18.3%) teve contacto no âmbito profissional (70.3% destes teve contacto com agressores do sexo masculino, 27% com

agressores de ambos os sexos e 2.7% com agressores do sexo feminino) e 14.4% da amostra refere ter tido contacto com abusadores fora do âmbito profissional (86.2% destes teve contacto com agressores do sexo masculino, 6.9% com agressores de ambos os sexos e 6.9% com agressores do sexo feminino).

Resultados

Entrevista de associação livre de palavras. Como já foi referido anteriormente, foram criadas, através de uma análise de conteúdo, categorias de resposta para cada questão. No primeiro item foi obtido um total de 158 respostas, com uma média de 5.2 respostas por inquérito. Para este item foram criadas 12 categorias: 1) Patologização, 2) Monstruoso/Desumano, 3) Moral/Ética, 4) Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais, 5) Vitimação/Trauma, 6) Relacionadas com o ambiente familiar/infância, 7) Horror/Sufrimento, 8) Violência, 9) Punição, 10) Estranheza, 11) Rejeição do comportamento, 12) Outros. Com exceção da categoria “Outros”, na qual foram incluídas todas as respostas que não se enquadravam em nenhuma das categorias dominantes ou mais relevantes para o nosso objeto e objetivo de estudo, a categoria com um maior número de respostas associadas foi a “Patologização”, com 26 termos, seguindo-se as Categorias 2, 3 e 4 com 14, 13 e 12 termos, respetivamente. Na categoria da Patologização foram incluídos todos os termos associados à doença mental, loucura e distúrbios de personalidade. A categoria com menos termos associados foi a da “Punição”, com um total de quatro respostas, na qual se incluíram referências à condenação ou punição da mulher que abusa sexualmente de crianças, muito pouco referida espontaneamente.

No segundo item foi obtido um total de 102 respostas, com uma média de 3.4 respostas por inquérito. Para este item criaram-se 10 categorias: 1) Patologização, 2) Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais, 3) Questões relacionadas com a esfera social e relação abusador-vítima, 4) Vitimação/Trauma sexual, 5) Questões relacionadas com a esfera emocional/afetiva, 6) Questões relacionadas com a maternidade, 7) Moral/Ética, 8) Anormal/Desumano, 9) Traços/Características, 10) Outros. A categoria com o número mais elevado de termos foi a categoria dos “Traços/Características” com 28 termos associados (e.g., fria, baixa autoestima, depressiva), seguindo-se a categoria Patologização, com um total de 23 termos e a categoria da “Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais”, com oito.

Na terceira questão foi obtido um total de 102 respostas, com uma média de 3.4 respostas por inquérito. Para esta questão foram consideradas as mesmas categorias da questão anterior, com exceção da categoria “questões relacionadas com a maternidade”. A categoria com o maior número de termos (23) foi a dos “Traços/Características” (e.g., simpático, violento), seguindo-se a Patologização, com 16 termos, e Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais, com 13. Na Questão 4 registou-se um total de 84 respostas, com uma média de 2.8 respostas por inquérito. Para este item foram criadas as seguintes categorias: 1) Comunicar/Acionar mecanismos legais, 2) Punir, 3) Tratamento/Reabilitação, 4) Proteção da vítima, 5) Relação abusadora-vítima, 6) Outros. A categoria com maior número de termos foi a Categoria 1, com um total de 25 palavras ou termos (e.g., denunciar, participar às autoridades e família, responsabilizar). A segunda categoria com maior número de associações (20) foi a do

“Tratamento e reabilitação” (e.g., acompanhar psicologicamente, estudar o comportamento, apoiar no sentido da reabilitação).

Pretendia-se com este instrumento a recolha dos temas e termos que surgem mais frequentemente associados ao ASC e à mulher enquanto perpetradora deste crime. Embora a amostra do estudo exploratório seja pequena, foi possível recolher um elevado número de respostas, o que permitiu seleccionar diversos temas e questões relevantes para a construção do questionário utilizado no segundo estudo.

Questionário. Primeiramente, faremos a apresentação dos principais dados resultantes da análise estatística descritiva. De forma a simplificar a leitura dos resultados, procedeu-se ao agrupamento dos itens da escala em categorias, sendo estas: A) Perceções relativamente ao ASC, B) Perceções relativamente ao/à abusador/a sexual, C) Perceções relativas à mulher enquanto perpetradora do abuso, D) Traços e características associadas ao/à abusador/a sexual, E) Atitudes após o ASCPM e F) Percepção da gravidade do ASCPM, em função do sexo e da idade da vítima.

Em relação às **perceções relativamente ao ASC**, verifica-se que os participantes consideram que este é um crime que ocorre com frequência ($M=1.83$, $DP=1$), sendo considerado, simultaneamente, pela maioria dos inquiridos um “crime desumano” ($M=5.63$, $DP=1$).

Quanto às **perceções relativamente ao/à abusador/a sexual**, continua a verificar-se a tendência para atribuir a estes/as características que os/as afastam de um indivíduo normal ($M=4.01$, $DP=1.78$), surgindo fortemente associada a estes indivíduos a ideia de que sofrem de alguma patologia ($M=4.18$, $DP=1.57$) ou considerando-os “monstros” ($M=4.83$, $DP=1.47$). Muito provavelmente, em resultado dessa

patologização dos abusadores sexuais, é forte a discordância com a possibilidade de qualquer pessoa se poder tornar um/a abusador/a sexual de crianças em determinadas circunstâncias ou momentos da sua vida (M=2.54, DP=1.36). Embora se verifique este afastamento da normalidade relativamente ao abusador e a sua associação a perturbações psicológicas, considera-se que as pessoas que abusam sexualmente de crianças o fazem porque querem (M=4.15, DP=1.36). A maioria dos participantes considera que o ASC ocorre maioritariamente no contexto intrafamiliar (M=4.62, DP=1.13) e que é mais praticado por homens do que por mulheres (M=4.01, DP=1.23).

No que diz respeito às **perceções relativas à mulher enquanto perpetradora do abuso**, os inquiridos recusam a ideia de que as mulheres não sejam capazes de abusar sexualmente de crianças (M=1.69, DP=1.05), mas entendem, simultaneamente, que não é normal uma mulher abusar sexualmente de crianças (M=4.49, DP=1.64).

Paralelamente, tendem a discordar da ideia de que as mulheres abusam sexualmente de crianças por opção (M=3.46, DP=1.52), mas não consideram que a mulher o faça por influência do seu companheiro/parceiro (M=1.70, DP=0.93). Contrariamente ao esperado, por ter sido referido um número significativo de vezes no estudo exploratório, os participantes acreditam que o comportamento da mulher que abusa sexualmente de crianças não surge associado a situações de AS de que possa ter sido vítima na infância (M=2.76, DP=1.31) nem, embora de forma menos evidente, veem este comportamento como consequência de traumas sofridos em algum momento da sua vida (M=3.36, DP=1.26) ou relacionado com o facto de ter crescido no seio de uma família disfuncional (M=3.25, DP=1.46).

Continua a verificar-se a tendência para associar este tipo de agressora a uma “aberração” ou a um “monstro” ($M=4.44$, $DP=1.55$), no entanto, e algo contraditoriamente, a maioria dos participantes considera que uma mulher que pratica atos sexuais com crianças pode ter as mesmas características que uma mulher que nunca praticou este tipo de atos ($M=4.03$, $DP=1.45$). Tal como acontece relativamente à percepção do contexto em que o ASC ocorre, no geral, a maioria dos inquiridos entende que é mais comum uma mulher abusar sexualmente de crianças no seio familiar do que fora da família ($M=2.73$, $DP=1.15$).

Nos itens que faziam referência a aspetos relacionados com a maternidade obtiveram-se pontuações baixas, o que permite concluir que a amostra não estabelece uma associação forte entre a maternidade e a perpetração de ASC, facto que se torna evidente através da análise dos itens “as mulheres que têm filhos não serão capazes de abusar sexualmente de crianças” ($M=2.05$, $DP=1.17$), “não é possível uma mãe abusar sexualmente de um/a filho/a” ($M=2.02$, $DP=1.37$) e “as mulheres que abusam sexualmente de crianças não tiveram mãe ou não foram amadas por ela” ($M=2.51$, $DP=1.39$).

Os participantes consideram que uma mulher que se envolve sexualmente com crianças não tem um comportamento sexual normal ($M=4.57$, $DP=1.62$), não considerando, no entanto, que estas mulheres sejam “viciadas em sexo” ($M=2.27$, $DP=1.30$) ou “taradas sexuais” ($M=3.40$, $DP=1.55$). Através da análise das respostas aos itens que diziam respeito ao contexto das relações interpessoais e esfera social, constata-se que a amostra acredita que as mulheres que abusam sexualmente de crianças

são pessoas muito sociáveis e bem integradas que passam despercebidas na comunidade (M=4.17, DP=1.029).

Em relação aos **traços e características associadas ao/à abusador/a sexual**, continua a verificar-se a tendência para associar o comportamento de ASC à psicopatologia/doença mental, item no qual se verifica, para a mulher, uma média de 3.98 (DP=1.53) e, para o homem, uma média de 4.14 (DP=1.52). Verificámos que, embora os valores não variem de forma estatisticamente significativa, para a maioria das características que faziam parte deste item, foram atribuídas pontuações mais altas ao homem quando se pedia para avaliar as mesmas características em ambos os sexos, com exceção das seguintes: baixa autoestima (mulher: M=3.81, DP=1.51 / homem: M=3.74, DP=1.54), vulnerável (mulher: M=3.52, DP=1.48 / homem: M=3.33, DP=1.50), carente (mulher: M=4.04, DP=1.34 / homem: M=3.71, DP=1.51), inseguro/a (mulher: M=3.77, DP=1.38 / homem: M=3.61, DP=1.48). As características onde se apuraram valores mais elevados foram as seguintes: frio/a (mulher: M=3.96, DP=1.52 / homem: M=4.25, DP=1.60), manipulador/a (mulher: M=5.03, DP=1.03 / homem: M=5.17, DP=0.95), egoísta (mulher: M=4.63, DP=1.28 / homem: M=4.76, DP=1.17), dissimulado/a (mulher: M=4.77, DP=1.18 / homem: M=4.85, DP=1.17), sem escrúpulos (mulher: M=4.83, DP=1.40 / homem: M=5.03, DP=1.27).

No que diz respeito às **atitudes após o ASCPM**, verifica-se que a maioria dos inquiridos considera que é necessário denunciar a mulher abusadora às autoridades policiais ou judiciais (M=5.85, DP=0.44), puni-la de acordo com a lei (M=5.78, DP=0.62) e que os familiares da vítima não devem fazer justiça pelas próprias mãos (M=1.86, DP=1.40). É também evidente a perceção da importância de afastar a ofensora

da vítima (M=5.75, DP=0.67) e estabelecer contacto com os serviços sociais (M=5.74, DP=0.65). Percebe-se que existe uma preocupação com a questão do acompanhamento médico ou psicológico e reintegração da ofensora, considerando a maioria dos inquiridos que a abusadora deve ser apoiada no sentido da sua reabilitação e reintegração na sociedade (M=4.76, DP=1.38) e ser submetida a tratamento (médico, psiquiátrico ou psicológico) (M=5.51, DP=0.98). A maioria dos inquiridos acha, contudo, importante impedir o contacto dessa mulher com crianças (M=5.62, DP=0.85) para o resto da vida (M=4.22, DP=1.53).

Por último, verificou-se que a categoria **percepção da gravidade do ASCPM, em função da idade da vítima** foi aquela onde se registaram (na totalidade dos itens que a compõem) os valores mais altos e com menor variância entre si. Apurou-se, assim, que, na generalidade, a amostra considera que o ASC é extremamente grave, independentemente da idade da vítima, tendo-se verificado, como esperado, valores um pouco mais elevados para a vitimação de crianças com menos de 5 anos (M=5.96, DP=0.27). Relativamente ao sexo da criança, embora a diferença das médias não seja estatisticamente significativa, a amostra considera mais grave uma mulher abusar sexualmente de uma criança do sexo feminino (M=5.91, DP=0.38) do que de uma criança do sexo masculino (M=5.86, DP=0.54).

Estatística Inferencial. Foi realizado um *teste-t* para variáveis independentes para comparar os resultados obtidos em função das variáveis **sexo, atividade profissional, ter ou não filhos e contacto vs. ausência de contacto com abusadores/as**. Dados alguns desequilíbrios na amostra quanto à sua distribuição em variáveis como o sexo ou a formação profissional, tal como se pode verificar na caracterização da amostra do

estudo, será necessária alguma cautela na interpretação dos dados. Recorreu-se ao teste de Levene para avaliar a homogeneidade das variâncias.

Tendo em conta o elevado número de variáveis incluídas no nosso estudo e as limitações de espaço, serão apenas destacadas neste texto as diferenças que se revelaram altamente significativas ($p < .01$).

Na organização da apresentação dos dados mantiveram-se as seis categorias de análise acima referidas. Começaremos por analisar as variáveis integradas na categoria **percepções relativamente ao ASC**. Embora os valores apontem para uma diferença estatisticamente significativa, com uma concordância mais pronunciada nos inquiridos do sexo feminino, ambos os sexos consideram que o ASC ocorre com frequência (feminino: $M=4.72$, $DP=1.06$ / masculino: $M=4.38$, $DP=1.228$; $t=2.029$, $gl=200$, $p=.04$). Nesta categoria, apenas se registou mais um valor que apontava para uma diferença estatisticamente significativa na variável do **contacto vs. ausência de contacto com abusadores**, em relação ao item “o abuso sexual é um crime desumano”, no qual o grupo que **nunca teve contacto com abusadores** revela um valor de concordância mais elevado (contacto: $M=5.31$, $DP=1.362$ / ausência de contacto: $M=5.78$, $DP=0.750$; $t=-2.563$, $gl= 77.852$, $p=.012$).

Na categoria das **percepções relativamente ao/à abusador/a sexual**, verifica-se que os inquiridos que **têm filhos** se posicionam de forma mais concordante relativamente à afirmação de que só uma pessoa que não é normal é capaz de abusar sexualmente de crianças (filhos: $M=4.52$, $DP=1.627$ / ausência de filhos: $M=3.63$, $DP=1.809$; $t=3.619$, $gl=200$, $p < .001$), o mesmo acontecendo no grupo dos inquiridos

que **não têm contacto com esta realidade a nível profissional**, enquanto o grupo de “**profissionais**” discorda mais dessa afirmação (não profissional: $M=4.20$, $DP=1.720$ / profissional: $M=3.18$, $DP=1.843$; $t=3.240$, $gl=200$, $p=.001$). Não obstante ambos os grupos concordarem com a afirmação “as pessoas que abusam sexualmente de crianças são uns monstros”, são atingidos valores mais elevados de concordância para os inquiridos que **têm filhos** (filhos: $M=5.24$, $DP=1.171$ / não filhos: $M=4.51$, $DP=1.597$; $t=3.739$, $gl=199.828$, $p<.001$) e para os inquiridos cuja **profissão não envolve contacto com esta realidade** (não profissional: $M=4.98$, $DP=1.329$ / profissional: $M=4.18$, $DP=1.858$; $t=2.483$, $gl=46.147$, $p=.017$). Relativamente ao **contacto vs. ausência de contacto com abusadores**, constata-se que o grupo que já teve **contacto com abusadores** apresenta valores de concordância bastante mais baixos para os três itens supramencionados, sendo o valor mais baixo relativo à percepção de não normalidade (contacto: $M=3.56$, $DP=1.834$ / ausência de contacto: $M=4.21$, $DP=1.732$; $t=-2.388$, $gl=200$, $p=.018$).

No que diz respeito à categoria das **percepções relativas à mulher enquanto perpetradora do abuso sexual**, a maioria das diferenças verifica-se ao nível da variável **filhos**. Os inquiridos que **têm filhos** acreditam que a perpetração de AS por mulheres pode ser consequência de traumas sofridos em algum momento das suas vidas (filhos: $M=3.62$, $DP=1.174$ / ausência filhos: $M=3.16$, $DP=1.295$; $t=2.625$, $gl=200$, $p=.009$) e que estas mulheres cresceram no seio de uma família disfuncional (filhos: $M=3.53$, $DP=1.380$ / ausência de filhos: $M=3.03$, $DP=1.492$; $t=2.406$, $gl=200$, $p=.017$). Nenhum dos grupos associa o comportamento de abuso ao facto de estas mulheres não terem tido mãe ou não terem sido amadas por ela (filhos: $M=2.98$, $DP=1.494$ / ausência

de filhos: $M=2.16$, $DP=1.196$; $t=4.203$, $gl=161.087$, $p<.001$) e ambos discordam da ideia de uma mulher que tenha filhos não ser capaz de abusar sexualmente de crianças, sendo esta discordância maior no grupo de inquiridos que **não tem filhos** (filhos: $M=2.438$, $DP=1.216$ / ausência de filhos: $M=1.77$, $DP=1.060$; $t=4.057$, $gl=200$ $p<.001$).

Para o item “uma mulher que abusa sexualmente de crianças é uma psicopata”, registam-se diferenças em função das variáveis **filhos** e **atividade profissional**, constatando-se que as pessoas que têm **filhos** consideram mais frequentemente que a abusadora sexual é uma psicopata (filhos: $M=4.13$, $DP=1.516$ / ausência de filhos: $M=3.12$, $DP=1.692$; $t=4.369$, $gl=200$, $p<.001$), à semelhança do grupo dos “**não profissionais**” (não profissionais: $M=3.72$, $DP=1.678$ / profissionais: $M=2.84$, $DP=1.569$; $t=2.938$, $gl=200$, $p=.004$).

Na categoria dos **traços e características associadas ao/à abusador/a** as diferenças mais significativas registam-se ao nível da variável **atividade profissional**. Pode constatar-se que os participantes cuja profissão envolve contacto ou conhecimentos (especializados) relacionados com a temática do ASC não consideram que a perpetradora do abuso seja doente mental, contrariamente à forma como se posicionam os **não profissionais** (não profissional: $M=4.12$, $DP=1.510$ / profissional: $M=3.37$, $DP=1.532$; $t=2.765$, $gl=200$, $p=.006$), verificando-se o mesmo para o homem (perpetrador de abuso) (não profissional: $M=4.30$, $DP=1.495$ / profissional: $M=3.45$, $DP=1.501$; $t=3.161$, $gl=200$, $p=.002$). O grupo dos **não profissionais** considera ainda a perpetradora de ASC uma mulher depressiva, não se verificando o mesmo no grupo dos ‘**profissionais**’ (não profissional: $M=3.57$, $DP=1.415$ / profissional: $M=2.97$, $DP=1.078$; $t=2.869$, $gl=69.919$, $p=.005$).

Na categoria das **atitudes após o ASCPM**, surgiram diferenças estatisticamente significativas para as variáveis **atividade profissional** e **filhos**. O grupo dos **não profissionais** considera que a abusadora deve ser denunciada publicamente, contrariamente à posição dos **profissionais** (não profissionais: $M=3.73$, $DP=1.743$ / profissionais: $M=3.03$, $DP=1.793$; $t=2.197$, $gl=200$, $p=.029$). De forma semelhante os inquiridos que **têm filhos** consideram que esta deve ser denunciada publicamente, verificando-se uma posição mais discordante nos sujeitos que **não têm filhos** (filhos: $M=4.13$, $DP=1.771$ / ausência de filhos: $M=3.18$, $DP=1.663$; $t=3.885$, $gl=200$, $p<.001$).

Finalmente, na categoria da **percepção da gravidade do ASCPM em função do sexo e idade da vítima**, apenas se verificaram diferenças para a variável **sexo**. Constatou-se que tanto os inquiridos do **sexo feminino** como do **sexo masculino** consideram o comportamento de abuso muito ou extremamente grave, registando-se, no entanto, valores mais elevados em todos os itens por parte dos participantes do **sexo feminino**. Apurou-se uma associação de gravidade do ASCPM à idade da vítima, diminuindo ligeiramente a percepção da gravidade com o aumento da idade da vítima: ela é mais elevada para uma criança com idade inferior a 5 anos (feminino: $M=5.99$, $DP=0.120$ / masculino: $M=5.86$, $DP=0.500$; $t=1.953$, $gl=66.389$, $p=.05$) e menos elevada para crianças de 16 a 18 anos (feminino: $M=5.65$, $DP=0.669$ / masculino: $M=4.61$, $DP=1.529$; $t=5.230$, $gl=74.415$, $p<.001$).

Correlações. No sentido de perceber quais as associações entre características mais frequentemente estabelecidas pelos inquiridos e com o objetivo de tentar constatar alguns dos pontos de ancoragem da RS da mulher perpetradora de ASC, recorreremos ao teste da correlação de *Pearson*. Devido ao elevado número de correlações encontradas

entre os vários itens da escala faremos apenas referência àqueles que poderão ter maior relevância para o presente estudo.

Relativamente à percepção da frequência com que ocorre este tipo de abuso verifica-se que, quando a ocorrência do ASC é considerada rara pelos sujeitos é simultaneamente rejeitada a possibilidade de uma mulher que tem filhos abusar sexualmente de uma criança ($r=.222$, $p=.001$) ou mais especificamente ainda de um/a filho/a ($r=.182$, $p=.009$). Assumindo a possibilidade de uma mulher perpetrar este tipo de abuso, os sujeitos consideram que quem o faz é uma mulher depressiva ($r=.196$, $p=.005$) e agressiva ($r=.201$, $p=.004$). Constatou-se ainda que, quando consideram a sua ocorrência rara, os sujeitos demonstram uma tendência para desvalorizar o ASCPM sobre crianças entre os 14 e os 16 anos ($r=-.208$, $p=.003$) e entre os 16 e os 18 anos ($r=-.209$, $p=.002$). Os que acreditam que o ASC tem como principal perpetrador um homem atribuem, paralelamente, uma menor gravidade aos comportamentos abusivos perpetrados por uma mulher a crianças vítimas entre os 16 e os 18 anos de idade ($r=-.203$, $p=.004$).

Quando acreditam que **o crime de ASC ocorre com muita frequência**, os sujeitos atribuem-lhe simultaneamente um cariz desumano ($r=.208$, $p=.003$), vendo as mulheres que o cometem como aberrações ou monstros ($r=.187$, $p=.008$).

Os participantes que consideram que **só uma pessoa que não é normal é capaz de abusar sexualmente de crianças** acreditam que é mais frequente o perpetrador deste tipo de abuso ser um indivíduo do sexo masculino ($r=.249$, $p<.001$). Assumindo que o perpetrador do abuso é uma mulher surgem associações entre o AS e itens que o justificam ou que representam fatores de risco para o comportamento abusivo. Os

sujeitos acreditam, assim, que o comportamento de abuso por parte de uma mulher é resultado de um trauma sofrido durante alguma fase da vida da abusadora ($r=.277$, $p<.001$) ou que a mulher foi influenciada por um parceiro a cometer abuso ($r=.270$, $p<.001$). Os restantes fatores que surgem correlacionados com a ideia de um perpetrador “anormal” dizem respeito a aspetos relacionados com família e a maternidade, tais como a assunção de que a abusadora cresceu no seio de uma família disfuncional ($r=0.270$, $p<.001$), que não tinha mãe ou que não era amada por esta ($r=.227$, $p=.001$), que uma mulher que tem filhos não abusa sexualmente de crianças ($r=.416$ $p<.001$) ou dos seus filhos ($r=.325$, $p<.001$) e que é mais comum o abuso ocorrer num contexto extrafamiliar ($r=.326$, $p<.001$). Considerando que **não é normal uma mulher abusar sexualmente de crianças**, os participantes associam este comportamento a uma pessoa psicologicamente perturbada ($r=.278$, $p<.001$) e representam a abusadora como uma mulher viciada em sexo ($r=.240$, $p=.001$), doente mental ($r=.262$, $p<.001$) e sem escrúpulos ($r=.187$, $p=.008$). Acreditam simultaneamente que é necessário tratar as abusadoras (médica, psiquiátrica ou psicologicamente) ($r=.210$, $p=.003$) e que estas devem ser expostas publicamente ($r=.210$, $p=.003$).

De forma semelhante, os sujeitos que acreditam menos na possibilidade das mulheres cometerem este tipo de abuso, consideram que uma mulher que o comete não teve mãe ou que não existiu um vínculo materno normal ($r=.276$, $p<.001$), que cresceu no seio de uma família disfuncional ($r=.197$, $p=.005$) e que as mulheres que têm filhos não são capazes de abusar sexualmente de crianças ($r=.390$, $p<.001$) ou de um/a filho/a ($r=.508$, $p<.001$). Quando assumida a posição de que as mulheres não tendem a abusar sexualmente de crianças, as mulheres que o fazem surgem representadas como

“aberrações ou monstros” ($r=.195$, $p=.006$), psicopatas ($r=.207$, $p=.003$), “taradas sexuais” ($r=.244$, $p<.001$), viciadas em sexo ($r=.266$, $p<.001$), psicologicamente perturbadas ($r=.213$, $p=.002$), pouco sociáveis ($r=.295$, $p<.001$), com baixa autoestima ($r=.191$, $p=.006$), antipáticas ($r=-.214$, $p=.002$) e doentes mentais ($r=.192$, $p=.006$).

Os sujeitos que consideram os abusadores **desumanos** e **monstros** acreditam que uma mulher que abusa sexualmente de crianças sofre necessariamente de uma perturbação psicológica ($r=.252$, $p<.001$) ou doença mental ($r=.359$, $p<.001$), é psicopata ($r=.477$, $p<.001$), fria ($r=.296$, $p<.001$), manipuladora ($r=.236$, $p=.001$), egoísta ($r=.217$, $p=.002$), agressiva ($r=.245$, $p<.001$), dissimulada ($r=.209$, $p=.003$) e sem escrúpulos ($r=.550$, $p<.001$). A um homem caracterizam-no como frio ($r=.245$, $p<.001$), manipulador ($r=.229$, $p=.001$), egoísta ($r=.271$, $p<.001$), agressivo ($r=.264$, $p<.001$), dissimulado ($r=.217$, $p=.002$), doente mental ($r=.349$, $p<.001$) e sem escrúpulos ($r=.535$, $p<.001$). Quando consideram a abusadora uma **aberração ou monstro**, os sujeitos não concordam com a sua reabilitação e reintegração na sociedade ($r=-.244$, $p<.001$), defendendo que deve ser impedido o contacto desta com crianças ($r=.252$, $p<.001$) e que os familiares ou amigos da criança abusada devem fazer justiça pelas suas próprias mãos ($r=.263$, $p<.001$). Por outro lado, quem defende a importância da **reabilitação e reintegração da abusadora na sociedade** opõe-se a que esta seja exposta publicamente ($r=-.329$, $p<.001$) e proibida de voltar a ter contacto com crianças ($r=-.240$, $p=0.001$), apoiando o tratamento ($r=.243$, $p<.001$) e o acompanhamento psicológico da mesma ($r=.468$, $p<.001$).

Para além das associações à ideia de anormal ou patológico constatou-se que os itens que, de alguma forma, justificam ou que foram interpretados como fatores de risco

para o ASC perpetrado por uma mulher, surgem na sua maioria correlacionados entre si. Quando analisado o conjunto destes itens verifica-se que a crença de que o **comportamento das mulheres que abusam sexualmente de crianças resulta de traumas sofridos em algum momento da sua vida** surge aliada à justificação deste comportamento pelo facto de a mulher ser influenciada por um parceiro a cometer o abuso ($r=.306$, $p<.001$). Crescer no seio de uma família disfuncional ($r=.615$, $p<.001$), a falta de um vínculo materno adequado ($r=.568$, $p<.001$) e o ciclo de abuso ($r=.449$, $p<.001$) surgem também nesta linha de ideias. Estes sujeitos acreditam que as mulheres que abusam sexualmente de crianças “não tiveram mãe ou não foram amadas por ela” e que as mulheres que têm filhos não são capazes de abusar sexualmente de um filho ($r=.271$, $p<.001$) e que, portanto, este abuso acontece mais frequentemente num contexto extrafamiliar ($r=.227$, $p=.001$). Após a análise deste conjunto de itens verifica-se que esta linha de associações leva maioritariamente à representação da abusadora como uma pessoa vulnerável, depressiva, doente mental e com baixa autoestima, considerando os sujeitos que esta deve ser submetida a tratamento e internada.

Quando o comportamento dos abusadores é encarado como uma opção, os sujeitos caracterizam os abusadores como desumanos ($r=.263$, $p<.001$), anormais ($r=.211$, $p=.003$) e monstros ($r=.330$, $p<.001$). Sendo o comportamento das mulheres que abusam sexualmente de crianças visto como opcional surgem menos associações com fatores que justificam o abuso, à exceção da questão do trauma ($r=-.210$, $p=.003$), sendo estas mulheres consideradas psicopatas ($r=.234$, $p=.001$), taradas sexuais ($r=.244$, $p<.001$), egoístas ($r=.236$, $p=.001$) e sem escrúpulos ($r=.285$, $p<.001$).

Contrariamente a esta perspectiva de não normal ou patológico, os sujeitos que consideram uma abusadora **normal** acreditam que se trata de uma pessoa sociável e bem integrada na sociedade, passando, dessa forma, despercebida ($r=.242$, $p=.001$). Verificou-se a tendência para estes sujeitos considerarem menos grave o abuso perpetrado por uma mulher quando a vítima é do sexo masculino ($r=-.198$, $p=.005$). Aliada a esta noção de normalidade, os sujeitos consideram que **uma mulher que pratica atos sexuais com crianças pode ter as mesmas características que uma mulher que nunca praticou este tipo de atos** ($r=.294$, $p<.001$), atribuindo-lhe predominantemente características como vulnerável ($r=.193$, $p=.003$), simpática ($r=.278$, $p<.001$), carente ($r=.235$, $p=.001$) e normal ($r=.343$, $p<.001$). Os sujeitos que assumem a possibilidade de **qualquer pessoa se poder tornar um/a abusador/a sexual de crianças em determinadas circunstâncias ou momentos da sua vida** não consideram que uma mulher que comete abuso sexual de crianças é um monstro ($r=-.201$, $p=.004$), dissimulada ($r=-.224$, $p=.001$), doente mental ($r=-.229$, $p=.001$) ou sem escrúpulos ($r=-.191$, $p=.006$). Paralelamente não consideram que um homem que abusa sexualmente de crianças seja egoísta ($r=-.187$, $p=.008$), dissimulado ($r=-.254$, $p<.001$) ou doente mental ($r=-.198$, $p=.005$). Estes sujeitos não estabelecem tantas associações com os fatores de risco, como nos casos anteriores, exceto acreditarem que as mulheres que são vítimas de AS na infância vêm mais tarde a reproduzir o mesmo comportamento ($r=.196$, $p=.005$). Estes sujeitos tendem a desvalorizar a gravidade do ato quando ele é perpetrado por uma mulher, independentemente do sexo ou idade da vítima.

Discussão e Conclusão

Na globalidade, os sujeitos da nossa amostra consideram que o ASC é um

comportamento que ocorre com elevada frequência, considerando-o um crime desumano e associando a existência de patologia ao seu perpetrador, independentemente do sexo deste. Os sujeitos que nunca tiveram contactos com abusadores sexuais de crianças são os que fazem esta associação de uma forma mais pronunciada. A generalidade da amostra acredita que é mais comum o abuso ocorrer num contexto intrafamiliar do que extrafamiliar.

É também consensual para a amostra que a maioria dos abusadores é do sexo masculino, mas, embora seja considerado um comportamento raro, os sujeitos assumem como possível a perpetração deste tipo de abuso por uma mulher. Esta posição é consistente com os dados da literatura em que o homem é apontado como o principal perpetrador de ASC e a perpetração por parte de uma mulher é vista como um comportamento estranho e pouco comum (Denov, 2003a; Levenson, Brannon, Fortney & Baker, 2007).

Enquanto, numa perspetiva geral, os inquiridos consideram que as pessoas que abusam sexualmente de crianças o fazem porque querem, relativamente às mulheres, acreditam mais frequentemente que estas não o fazem por opção, parecendo, portanto, assumir que poderão existir outros fatores que levem as mulheres a este ato. Verificámos que ter filhos é uma das variáveis que mais gera diferenciação na posição relativamente aos fatores que identificámos como sendo fatores de risco ou de justificações para o abuso (e.g., ciclo de abuso, coação por parte de um parceiro, resultado de traumas, ambiente familiar disfuncional). Assim, as pessoas com filhos consideram mais frequentemente que a perpetração de ASC por uma mulher será consequência de traumas sofridos em algum momento da vida destas mulheres e/ou de terem crescido no

seio de uma família disfuncional.

Constata-se uma tendência geral da amostra para associar os abusadores sexuais de crianças à não-normalidade, representando o/a perpetrador/a de ASC como uma pessoa psicologicamente perturbada e doente mental, verificando-se que os sujeitos cuja profissão envolve contacto ou conhecimentos especializados na área do ASC não apresentam de forma tão evidente esta representação dos abusadores. No caso particular da mulher, os sujeitos defendem que as abusadoras são pessoas que sofrem de uma perturbação psicológica/psiquiátrica, o que é consistente com o descrito na literatura (Nelson, 1994; Sacau, Alves & Peixoto, 2004). À exceção dos profissionais e das pessoas que já tiveram contacto com abusadores/as, a mulher perpetradora de ASC é vista como uma aberração ou monstro. Tanto os inquiridos com e sem filhos, como o grupo dos não profissionais, associam, ainda, a psicopatia ao ASCPM.

Embora atribuam características semelhantes aos dois sexos de abusadores, foi possível constatar algumas diferenças nas representações dos sujeitos em função do sexo. A mulher surge mais fortemente representada como uma pessoa vulnerável, carente, insegura e com baixa autoestima, enquanto o homem é visto mais frequentemente como frio e manipulador. Esta tendência revela um viés de género, a clara influência da construção social dominante de mulher e de homem, assentes em estereótipos de género, tal como descrito na literatura (Denov, 2003a; Nelson, 1994).

Relativamente às atitudes após o ASCPM, os sujeitos posicionam-se claramente a favor da denúncia destes comportamentos e apontam de forma evidente para a necessidade de acompanhamento psicológico e tratamento, no sentido de reabilitação, da abusadora sexual. Embora se verifique esta preocupação no sentido da reabilitação e

reintegração na sociedade, demonstram, simultaneamente, pouca confiança neste processo, ao afirmarem que as mulheres que abusam sexualmente de crianças devem ser impedidas de voltar a ter contacto com estas.

A amostra do nosso estudo reconhece a gravidade do ASCPM, sendo considerado pela generalidade dos indivíduos um comportamento extremamente grave, reduzindo, contudo, a perceção da gravidade em função da idade da vítima (quanto mais velha a criança, menos grave é considerado o comportamento da abusadora). Relativamente ao sexo da vítima, o AS de crianças do sexo feminino por mulheres é visto como mais grave, não sendo, todavia, possível perceber se estes resultados derivam da tendência descrita na literatura para considerar menos grave o abuso perpetrado por uma mulher quando a criança é do sexo masculino (Denov, 2003b; Elliott, 1994; Landor, 2009; Nelson, 1994), ou se é encarado como mais grave quando a vítima é do sexo feminino por ser interpretada como uma relação homossexual (Maynard & Wiederman, 1997; Nelson, 1994). Tal como descrito por outros investigadores (e.g. Hetherington & Beardsall, 1988), também no presente estudo foi possível verificar que os participantes do sexo feminino consideram os comportamentos abusivos ligeiramente mais graves do que a amostra do sexo masculino, independentemente da idade e sexo da vítima.

Conseguimos também aceder às principais associações de variáveis e, dessa forma, perceber alguns pontos de ancoragem das representações sociais do ASCPM. A construção social dominante da imagem dos/as perpetradores/as de ASC assenta na ideia de patologia, monstruosidade e desumanidade destes indivíduos e comportamentos. Indo ao encontro dos resultados de investigações semelhantes, verificamos que os sujeitos da nossa amostra apontam como principais perpetradores de

ASC indivíduos do sexo masculino, considerando este comportamento raro em mulheres (Denov, 2003b; Levenson, Brannon, Fortney & Baker, 2007). Paralelamente, tendem a desvalorizar a gravidade de um comportamento de ASCPM quando a vítima tem entre 14 e 18 anos de idade. Este facto é consistente com resultados de outros estudos que demonstraram existir uma tendência para não reconhecer ou desvalorizar os comportamentos de abuso perpetrados por mulheres quando as vítimas têm mais de 15 anos de idade (Maynard & Wiederman, 1997).

Considerando que não é normal uma mulher abusar sexualmente de uma criança, os sujeitos consideram que estas são mulheres psicologicamente perturbadas. Verifica-se, assim, que a representação do abusador sexual de crianças se encontra ancorada na ideia de doença mental, tornando-se mais evidente esta ancoragem no caso de o perpetrador ser uma mulher. Confirma-se também que, aliada à patologização dos/as abusadores/as, surgem, no caso das abusadoras, associações a fatores de risco ou aspetos que justificam o comportamento destas mulheres. Estes aspetos encontram-se descritos na literatura como representando uma tendência social para associar os comportamentos desviantes à doença mental, o que, no caso do ASCPM, constitui uma tentativa de justificar o seu comportamento através de fatores externos, muito provavelmente por este representar um conflito com a construção social dominante da mulher (Denov, 2003a, Nelson, 1994; Sacau, Alves & Peixoto, 2004).

Conseguimos também perceber na nossa amostra aquilo que foi descrito por outros autores como sendo uma forma de dupla condenação das mulheres, por serem julgadas não só pelo crime que cometeram, mas também por estas não corresponderem à representação socialmente aceite de mulher (Allsopp 2014; Matos, 2006).

Demonstrando ceticismo relativamente à perpetração de ASC por uma mulher, os sujeitos tendem a atribuir mais características negativas ou aspetos que contrariam a idealização da mulher na sociedade, às abusadoras sexuais de crianças (e.g., monstros, aberrações, taradas sexuais, antipáticas, agressivas, doentes mentais e psicologicamente perturbadas, não foram amadas pela mãe, não têm filhos). Os sujeitos que apresentam esta representação das abusadoras não concordam com o apoio à reabilitação e reintegração destas mulheres na sociedade, defendendo que deve ser feita “justiça popular”.

Por outro lado, se o/a abusador/a é considerado/a uma pessoa “normal”, os sujeitos têm a percepção de que qualquer pessoa poderá vir a praticar este tipo de atos e identificam o/a abusador/a como uma pessoa sociável, encontrando-se bem integrada na sociedade, passando, dessa forma, despercebida. Considerando-a uma pessoa normal, os sujeitos representam estas mulheres como pessoas vulneráveis, simpáticas e carentes. As pessoas que demonstram esta associação de ideias tendem a desvalorizar mais a gravidade do AS de uma criança do sexo masculino, o que é consonante com os resultados de outras investigações (Denov, 2003b; Elliott, 1994; Landor, 2009; Nelson, 1994;).

Reflexões Finais

Foi possível constatar neste estudo que a representação social do abuso sexual de crianças o apresenta como um comportamento predominantemente praticado por homens, embora possa também ser perpetrado por mulheres. Quando se trata da RS da mulher que pratica crimes de abuso sexual de crianças, verifica-se, tanto no estudo exploratório como no questionário, que essa representação está fortemente ancorada na ideia da

anormalidade e patologização das perpetradoras.

Os sujeitos assumem a necessidade de identificar e denunciar o crime de ASCPM, verificando-se a preocupação com o tratamento e reabilitação das abusadoras. O ASCPM é, na globalidade, visto como um comportamento grave, independentemente do sexo e da idade da vítima, embora seja desvalorizado no caso das crianças mais velhas, quando a perpetradora é uma mulher.

Relativamente às variáveis analisadas, percebe-se que os inquiridos que têm filhos, que nunca contactaram com abusadores sexuais de crianças ou que não exercem uma profissão que envolva contacto ou conhecimentos sobre esta temática, demonstram uma tendência para representar o ato e a mulher que perpetra o abuso de forma mais negativa. Contrariamente, e apesar dos desequilíbrios na amostra, é possível constatar que os profissionais, apesar de reprovarem igualmente o comportamento, tendem a associar menos frequentemente este comportamento à presença de uma patologia e a considerar o sujeito mais humano, afastando-se da representação deste como um monstro ou uma aberração. O grupo que representa os profissionais não parece ser tão influenciado por crenças que conduzem a uma menor visibilidade do fenómeno (Clements, Dawson & Nair, 2013; Denov, 2003b; Hetherington, 1999; Landor, 2009).

Em investigações futuras seria importante aceder a uma amostra maior e mais equilibrada em termos de género e de atividade profissional, entre outras variáveis. Apesar de terem sido obtidos dados interessantes através dos instrumentos utilizados, seria importante, para uma melhor comparação da representação do homem e da mulher

que perpetram ASC, a inclusão em futuros estudos de itens ou de escalas que incidissem diretamente nos papéis de gênero.

Referências

- Abric, J. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. Moreira & D. Oliveira (Orgs.), *Estudos interdisciplinares de representação social* (2.^a ed.). Goiânia-GO: Cultura e Qualidade.
- Almeida, A. P. (2003). *Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da psicologia* (Tese de mestrado). Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3197/1/Tese%20mestrado%20Catarina%20Almeida.pdf>
- Allsopp, R. (2014). Moral panics, the media and male and female offenders of child sexual abuse. *Internet Journal of Criminology*, 1-120. Retirado de http://www.internetjournalofcriminology.com/Allsopp_Moral_Panics_The_Media_and_Male_and_Female_Sex_Offenders_IJC_Jan_2014.pgl
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2016). *Estatísticas apav: Relatório anual 2015*. Retirado de <http://www.apav.pt/estatisticas>
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Sociological Methods & Research*, 10, 141-163. doi: 10.1177/004912418101000205

- Clements, H., Dawson, D., & Nair, R. (2013). Female-perpetrated sexual abuse: A review of victim and professional perspectives. *Journal of Sexual Aggression, 20*, 1-19. doi: 10.1080/13552600.2013.798690
- Creswell, W., Clark, L., Gutmann, L., & Hanson, E. (2003). Advanced mixed methods research designs. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social and behavioral research* (pp. 209–240). Thousand Oaks, Califórnia: Sage.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2015). Avaliação da actividade das comissões de proteção das crianças e jovens: Relatório anual 2015. Retirado de http://www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=5752&m=PDF
- Denov, M. (2003a). The myth of innocence: Sexual scripts and the recognition of child sexual abuse by female perpetrators. *The Journal of Sex Research, 40*, 303-314. doi: 10.1080/00224490309552195
- Denov, M. (2003b). To a safer place? Victims of sexual abuse by females and their disclosures to professionals. *Child Abuse & Neglect, 27*, 47-61. doi: 10.1016/S0145-2134(02)00509-4
- Elliot, M. (1994). Female sexual abuse of children: ‘The ultimate taboo. *Journal of the Royal Society of Medicine, 87*, 691-694. Retirado de

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1294939/pgl/jrsocmed00079-0063.pgl>

Fazenda, I. M. (2010). *Representações sociais em torno do abuso sexual de crianças numa amostra de médicos e enfermeiros dos cuidados de saúde primários* (Tese de mestrado). Retirado de

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18219/1/tese%20final%20Isabel%20Fazenda.pdf>

Fernandez, O., & Molina-Azorin, J. (2014). The use of mixed methods research in the field of behavioural sciences. *International Journal of Multiple Research Approaches*, 5, 269-283. doi: 10.5172/mra.2011.5.2.269

Finkelhor, D. (1997). Child sexual abuse. Challenges facing child protection and mental health professionals. In E. Ullmann, & W. Weg (Eds.). *Childhood and Trauma: Separation, Abuse, War* (M. H. Margreiter, & K. Henschel, Trans.) (pp. 101-116). Aldershot: Ashgate Publishing Ltd.

Geddes, R., Tyson G., & McGreal, S. (2012). Gender bias in the education system: Perceptions of teacher–student sexual relationships. *Psychiatry, Psychology and Law*, 1, 1-11. doi: 10.1080/13218719.2012.728428

- Goodman, L. (1961). Snowball sampling. *The Annals of Mathematical Statistics*, 32, 148-170. doi: 10.1214/aoms/1177705148
- Hayes, S., & Baker, B. (2014). Female sex offenders and pariah femininities: Rewriting the sexual scripts. *Journal of Criminology*, 2014. doi:10.1155/2014/414525
- Hetherington, J. (1999). The idealization of women: Its role in the minimization of child sexual abuse by females. *Child Abuse & Neglect*, 23, 161-174. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00119-7
- Hetherington, J., & Beardsall, L. (1998). Decisions and attitudes concerning child sexual abuse: Does the gender of the perpetrator make a difference to child protection professionals? *Child Abuse & Neglect*, 22, 1265–1283. doi: 10.1016/S0145-2134(98)00101-X
- Landor, R. (2009). Double Standards? Representation of male vs. female sex offenders in the Australian media. *Griffith Working Papers in Pragmatics and Intercultural Communication*, 2, 84-93. Retirado de <http://www.griffith.edu.au/arts-languages-criminology/school-languages-linguistics/publications/volume-2-issue-1---language-and-gender-edited-by-michael-haugh-and-susana-eisenchlas/?a=184368>

Lee, R. (2000). Introduction to unobtrusive methods. In A. Bryman (Ed.).

Understanding Social Research (pp. 1-16). Retirado de

<https://www.mheducation.co.uk/openup/chapters/0335200516.pgl>

Levenson, J., Brannon, Y., Fortney, T., & Baker, J. (2007). Public perceptions about sex offenders and community protection policies. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 7, 1-25. doi: 10.1177/0306624X08323454

Matos, R. C. (2006). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* (Tese de doutoramento).

Retirado de

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/6249/1/Tese%20Doutorament%20Raquel%20Maria%20Navais%20Carvalho%20Matos.pdf>

Maynard, C., & Wiederman, M. (1997). Undergraduate students' perceptions of child sexual abuse: Effects of age, sex, and gender-role attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 21, 833-844. doi: 10.1016/S0145-2134(97)00045-8

Moscovici, S. (2001). The phenomenon of social representations (S. Rabinovitch, Trad.). In G. Duveen (Ed.). *Social Representations: Explorations in Social Psychology* (pp. 18-77). New York: New York University Press.

- Nelson, E. (1994). Females who sexual abuse children: A discussion of gender stereotypes and symbolic assailants. *Qualitative Sociology*, 17, 63-88.
doi:10.1007/BF02393546
- Sacau, A., Alves, J., Peixoto, C. (2004). Estudo da representação científica e jornalística da mulher delinquente. In A. Toscano & S. Godsland (Eds.). *Mulheres Más. Percepção e Representações da Mulher Transgressora no Mundo Luso-Hispânico* (pp. 333 - 344). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sistema de Segurança Interna (2016). Relatório anual de segurança interna 2015.
Retirado de <http://www.portugal.gov.pt/pt/pm/documentos/20160331-pm-rasi.aspx>
- Terrível, J., Rodrigues, A., Ferreira, M., Neves, C., Roque, F., Silva, O., Figueiras, A., & Herdeiro, M. (2013). Conhecimento dos médicos relativo à prescrição de antibióticos e à resistência microbiana: estudo piloto de comparação de questionário online vs. papel. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, 3.
doi: 10.17058/reci.v3i3.3956
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In J. Vala, & M. Monteiro (Coords.). *Psicologia Social* (9.^a ed.) (pp. 569- 602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Wagner, W. (2000). Sociogênese e características das representações sociais. In A.

Moreira & D. Oliveira (Orgs.). Estudos Interdisciplinares de Representação Social
(2ª ed.). Goiânia-GO: Cultura e Qualidade.

Anexo A
Entrevista de Associação Livre de Palavras

Universidade do Porto
Mestrado em Ciências Forenses

O presente questionário insere-se no âmbito de uma dissertação de mestrado intitulada “Representações sociais do abuso sexual de crianças perpetrado por mulheres”.

As suas respostas são confidenciais, destinando-se exclusivamente a fins académicos e científicos. É importante que as suas respostas sejam espontâneas, não havendo afirmações correctas ou erradas. Escreva as primeiras palavras que lhe vierem à mente, o maior número de respostas de que se recordar e de forma curta – palavras ou pequenas frases. Não existe limite de tempo.

Quando penso numa mulher que abusa sexualmente de crianças penso em...

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS
PERPETRADO POR MULHERES

As principais características de uma mulher que abusa sexualmente de crianças são:

As principais características de um homem que abusa sexualmente de crianças são:

Quando uma mulher que abusa sexualmente de crianças é descoberta, deve-se...

Já alguma vez contactou directamente com uma mulher que tivesse abusado sexualmente de uma ou mais crianças? Sim ____ Não ____

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS
PERPETRADO POR MULHERES

50

No âmbito da sua actividade profissional, tem contacto directo com pessoas que abusam sexualmente de crianças? Sim ____ Não ____

Se sim, já contactou profissionalmente com: Homens abusadores sexuais: Sim ____ Não ____

Mulheres abusadoras sexuais: Sim ____ Não ____

Apenas para fins estatísticos, agradecia-se que indicasse, por favor:

Sexo: F ____ M ____ Idade: ____

Habilitações Literárias: ____ Até ao 4.º ano
____ Do 5.º ao 9.º ano
____ Do 10 ao 12.º ano
____ Curso Superior
____ Mestrado/Doutoramento

Obrigada pela sua colaboração!

Anexo B

Categorias – Entrevista de Associação Livre de Palavras

1. Quando penso numa mulher que abusa sexualmente de crianças, penso em...

Nº Categoria	Categoria	Frequência
1	<u>Patologização</u> (Doença/doente/doentio; louca; Descompensada; Desequilíbrio; Distúrbios; Perturbações psicológicas/ personalidade/ psiquiátricas; Psicopatia; Construção anormal da personalidade)	26
2	<u>Monstruoso/Desumano</u> (Crueldade/Maldade; Animal; Aberração; Anormal; Monstro)	14
3	<u>Moral/Ética</u> (Caráter; Falta de /valores/ética/moral; Mal formada)	13
4	<u>Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais</u> (Sexualidade mal resolvida; Tarada sexual; Comportamento sexual anormal; Imaturidade sexual; Pedofilia)	12
5	<u>Vitimação/Trauma</u> (Sofreu /vitima de abuso; Traumatizada)	6
6	<u>Relacionadas com o ambiente familiar/infância</u> (Problemas na infância; Ambiente repressivo/falta de valores; Família disfuncional/com problemas; Ambiente anti-social/agressão)	7
7	<u>Horror/Sufrimento</u> (Horrível; Sofrimento)	5
8	<u>Violência</u> (Violenta; Violência; Agressão)	6
9	<u>Punição</u> (Punição severa; Condenação)	4

10	<u>Estranheza</u> (Estranheza; Impensável; estranho; Porca; Nojenta; Situação repugnante; Imcompreensível)	7
11	<u>Rejeição do comportamento</u> (Nojo; Revoltante; Sem perdão; Incorrecto; Comportamento desviante)	
12	<u>Outros</u>	50

2. As principais características de uma mulher que abusa sexualmente de crianças são:

Nº Categoria	Categoria	Frequência
1	<u>Patologização</u> (Perturbações/Problemas psicológicos/ psiquiátricos/ personalidade; Personalidade pouco estruturada; Doente; Louca; Desequilibrada/ Sem equilíbrio; Psicopata)	23
2	<u>Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais</u> (Tarada sexual; Sexualidade mal resolvida; Ideia deturpada de relação sexual; Imaturidade sexual; Viciada em sexo; Pedofilia)	8
3	<u>Questões relacionadas com a esfera social e relação abusador-vítima</u> (Socialmente desadequado; Poucos amigos; Poderá ser reservada; Pouco sociável com adultos; Gosta de estar/trabalhar com crianças; Meiga com a vítima)	6
4	<u>Vitimação/Trauma sexual</u> (Vítima de abusos presente ou passado; Abusada em criança; Traumatizada; Infância violenta)	6
5	<u>Questões relacionadas com a esfera emocional/afetiva:</u> (Pessoas com dificuldade em estabelecer relações afetivas Emocionalmente perturbada; Manipuladora emocional; Imaturidade)	6

	emocional; “Inamável”; Envolvente)	
6	<u>Questões relacionadas com a maternidade</u> (Mulheres que não são mães; Não consegue engravidar; Não soube o que era ser mãe; Nunca teve amor de mãe)	4
7	<u>Moral/Ética:</u> (Imoral/Amoral; Sem escrúpulos; Princípios errados)	4
8	<u>Anormal/Desumano</u> (Anormalidade; Desumano; Falta de humanidade)	4
9	<u>Traços/Características:</u> (Fria; Baixa autoestima; Mulher grande; Fechada; Depressiva; Falta de amor-próprio; Manipuladora; Abusadora; Egoísta; Controladora; Vulnerável; Meiga; Rude; Altruísta; Dissimulada; Sarcástica; Irónica; Simpática; Cruel; Porca; Violenta; Vingativa; Carente; Infantilismo (doentio); Insegurança (medo))	28
10	<u>Outros:</u> (Criminosa; Características de uma pessoa normal; Raro mas poderá ter as mesmas características do homem que abusa de crianças; Marginal; Repugnante; Negação; Insatisfação; Infelicidade; Maldade; Possibilidade de problemas hormonais; “Alheado”; Vulgar)	13

3. As principais características de um homem que abusa sexualmente de crianças são:

Nº Categoria	Categoria	Frequência
1	<u>Patologização</u> (Psicopata; Doente; Perturbado; Problema/perturbação)	16

	psicológica/psiquiátrica; Perturbação/alteração de personalidade/pouco estruturada; Desequilíbrio)	
2	<u>Sexualidade/Depravação sexual/Desvios sexuais</u> (Pedófilo; Violador; “Obsessivo sexual”; Viciado em sexo; Tarado sexual; Perturbação sexual; Sexualidade mal resolvida; Ideia deturpada de relação sexual; Falta de pudor)	13
3	<u>Questões relacionadas com a esfera social e relação abusador-vítima</u> (Socialmente desadequado; Poderá ser submisso com adultos; Passam despercebidos em casa e no emprego; Socialmente mais reservado; Simpático com jovens; Muitas vezes líderes de grupos ou movimentos; Poderá relacionar-se facilmente com crianças; Poderá estar entre amigos e família da vítima; Poucos amigos; Convive perto da vítima)	10
4	<u>Vitimação/Trauma sexual</u> (Traumatizado; Abusado na infância até pela própria mãe; Possível vítima (passado ou presente)	6
5	<u>Questões relacionadas com a esfera emocional/afetiva:</u> (Atencioso/envolvente; Emocionalmente perturbado; Imaturidade emocional)	4
6	<u>Moral/Ética:</u> (Baixo nível; Imoral/Amoral; Princípios errados; Sem carácter)	4
7	<u>Anormal/Desumano</u> (Monstruoso; Anormal; Falta de humanidade)	4
8	<u>Traços/Características:</u> (Simpático; Cruel; Violento; Insensível; Abusador; Carinhoso e ou agressivo; Controlador; Manipulador; Fraco; Baixa autoestima; Insegurança (medo); Magro; Pequeno; Infantilismo (doentio); Porco; Sorridente; Calculista; Dissimulado; “Alheado”; Vingativo)	23

9	<p><u>Outros:</u></p> <p>(Estúpido; Repugnante; Macabro; Desrespeitador; Incompreendido; Recalcamentos; Negação; Criminoso; Marginal; Transtornos hormonais; Nojo; Infância desequilibrada; Procura vítima e não companhia; Poder económico; Nojento; Fumador; + Educação/ - Educação; Comportamento que poderá ser normal)</p>	22
---	---	----

4. Quando uma mulher que abusa sexualmente de crianças é descoberta deve-se:

Nº Categoria	Categoria	Frequência
1	<p><u>Comunicar/Acionista mecanismos legais:</u></p> <p>(Responsabilizar; Participar; Intervir; Acusar; Denunciar / Denunciar publicamente; Comunicar comportamento urgentemente; Participar/Participar às autoridades e família/a quem de direito; Chamar polícia; Contactar GNR; Avisar serviços sociais; “Contacto associação de abuso de menores”)</p>	25
2	<p><u>Punir:</u></p> <p>(Institucionalizar; Julgar pelo crime; Castigar; Condenar; Tentar tudo para que seja castigada; Punir de acordo com a legislação; Prender)</p>	14
3	<p><u>Tratamento/Reabilitação:</u></p> <p>(Ajudar /apoiar “mentalmente”; Tratar; “Inibição de prazer sexual” (química, fisicamente, etc.); Encaminhar para especialista; Acompanhar psicologicamente; Apoiar no sentido da reabilitação; Vigiar; Desencadear mecanismos necessários para que não se repita; Estudar comportamento; Inserir-la em contextos de voluntariado com crianças em risco, mantendo-a monitorizada;)</p>	20
4	<p><u>Proteção da vítima:</u></p> <p>(Apoiar (físico e psicológico); Encaminhar; Proteção de crianças; Acompanhar criança; Acompanhar psicologicamente)</p>	11

5	<u>Relação abusadora/Vítima:</u> (Impedir contacto com crianças; Separar ambos o mais rápido possível; Retirar crianças; Evitar contacto com a criança)	7
6	<u>Outros:</u> (Não perdoar; Tratar situação/relação de abuso de acordo com as suas especificidades; Aterrorizada; Culpada; Confrontar; Exame pericial; Apoiar família)	7

Anexo C

Questionário - Representações Sociais do Abuso Sexual de Crianças
Perpetrado por Mulheres

Abuso sexual de Crianças Perpetrado por Mulheres

O presente questionário insere-se no âmbito de uma dissertação de mestrado sobre o abuso sexual de crianças por mulheres.

As suas respostas são confidenciais, destinando-se exclusivamente a fins académicos e científicos. É importante que responda a todas as questões e que as suas respostas sejam espontâneas, não havendo afirmações corretas ou erradas.

Qualquer questão poderá ser colocada através do e-mail: danielad.davide@gmail.com

Muito obrigada pela sua colaboração!

*Obrigatório

1. Consentimento Informado *

Declaro que fui informado/a de que o estudo de investigação acima mencionado se destina a estudar o abuso sexual de crianças perpetrado por mulheres. Dado o tema deste questionário, ele só pode ser preenchido por pessoas maiores de idade e de nacionalidade portuguesa, pelo que declaro que tenho 18 ou mais de 18 anos e sou de nacionalidade portuguesa. Foi-me garantido que todos os dados relativos à identificação dos participantes são confidenciais. Tendo tudo isso em conta, aceito participar de livre vontade neste estudo. Sei que posso recusar ou a qualquer momento interromper o preenchimento deste questionário. Autorizo também a divulgação no meio científico dos resultados obtidos, desde que garantido o anonimato dos dados recolhidos.

Marcar tudo o que for aplicável.

Tenho mais de 18 anos e estou interessado/a em responder a este questionário

2. *

Marcar apenas uma oval.

Li e aceito as condições deste estudo *Passe para a pergunta 3.*

Não aceito as condições deste estudo *Pare de preencher este formulário.*

Parte I:

Por favor, indique:

3. Idade: *

.....

4. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

5. Estado Civil: **Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro
- Casado/União de facto
- Divorciado/Separado
- Viúvo

58

6. Habilitações literárias: **Marcar apenas uma oval.*

- Até ao 4º ano
- Do 5º ao 9º ano
- Do 10º ao 12º ano
- Curso Superior
- Mestrado/Doutoramento

7. Tem filhos? **Marcar apenas uma oval.*

- Sim *Passe para a pergunta 8.*
- Não *Passe para a pergunta 13.*

Parte I:**8. Indique o sexo do/s filho/s: ****Marcar tudo o que for aplicável.*

- Masculino
- Feminino

9. Indique o número de filhos do sexo masculino: ***10. Se aplicável, indique a idade do/s filho/s do sexo masculino:***Marcar tudo o que for aplicável.*

- Menos de 5
- 5-10
- 10-14
- 14-16
- 16-18
- Mais de 18

11. Indique o número de filhos do sexo feminino: *

.....

12. **Se aplicável, indique a idade do/s filho/s do sexo feminino:**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Menos de 5
- 5-10
- 10-14
- 14-16
- 16-18
- Mais de 18

59

Parte I:

13. **Profissão: ***

.....

14. **No âmbito da sua atividade profissional já alguma vez teve contacto direto com abusadores sexuais de crianças? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. **Se respondeu afirmativamente à questão anterior, já contactou com:**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Homens abusadores sexuais
- Mulheres abusadoras sexuais

16. **Fora da sua atividade profissional alguma vez contactou com/conheceu alguma pessoa que tenha cometido atos de abuso sexual de crianças? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

17. **Se respondeu afirmativamente à questão anterior, já contactou com:**

Marcar tudo o que for aplicável.

- Homens abusadores sexuais
- Mulheres abusadoras sexuais

Parte II:

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "discordo totalmente" e 6 significa "concordo totalmente", como se posiciona em relação às seguintes afirmações:

18. **1. O crime de abuso sexual de crianças é um crime que ocorre raramente. ***

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5	6		
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

19. **2. O crime de abuso sexual de crianças é mais praticado por homens do que por mulheres. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

20. **3. O abuso sexual de crianças é mais praticado por familiares próximos da criança do que por estranhos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

21. **4. O abuso sexual de crianças é um crime desumano. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

22. **5. As mulheres não são capazes de abusar sexualmente de crianças ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

23. **6. As pessoas que abusam sexualmente de crianças fazem-no porque querem. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

24. **7. Só uma pessoa que não é normal é capaz de abusar sexualmente de crianças. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

25. **8. O comportamento das mulheres que abusam sexualmente de crianças é consequência de traumas sofridos em algum momento da sua vida. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

26. **9. Uma mulher só abusa sexualmente de uma criança se for influenciada pelo seu parceiro. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

27. **10. As mulheres que abusam sexualmente de crianças gostam de estar perto de crianças e, por isso, escolhem empregos que lhes permitam estar em contacto com estas. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

28. **11. As pessoas que abusam sexualmente de crianças são uns “monstros.” ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

29. **12. As mulheres que abusam sexualmente de crianças não tiveram mãe ou não foram amadas por ela. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

30. **13. Uma mulher que se envolve sexualmente com crianças não tem um comportamento sexual normal. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

31. **14. Uma mulher que abusa sexualmente de crianças cresceu no seio de uma família disfuncional. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

32. **15. As mulheres que têm filhos não serão capazes de abusar sexualmente de crianças. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

33. **16. Uma pessoa que abusa sexualmente de crianças sofre necessariamente de uma perturbação psicológica. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

34. **17. Uma mulher que abusa sexualmente de crianças é uma psicopata. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

35. **18. Uma mulher que abusa sexualmente de crianças é uma aberração ou um “monstro”. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

36. **19. O crime de abuso sexual de crianças ocorre com muita frequência. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

37. **20. Uma mulher que pratica atos sexuais com crianças pode ter as mesmas características que uma mulher que nunca praticou este tipo de atos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

38. **21. As mulheres que abusam sexualmente de crianças são pessoas muito sociáveis e bem integradas que passam despercebidas na comunidade. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

39. **22. Uma mulher que abusa sexualmente de crianças é tarada sexual. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

40. **23. Não é possível uma mãe abusar sexualmente de um/a filho/a. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

63

Discordo totalmente Concordo totalmente

41. **24. Qualquer pessoa se pode tornar um/a abusador/a sexual de crianças em determinadas circunstâncias ou momentos da sua vida. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

42. **25. Uma mulher que durante a sua infância seja vítima de abusos sexuais virá mais tarde a reproduzir este comportamento. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

43. **26. Não é normal uma mulher abusar sexualmente de crianças. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

44. **27. As mulheres que abusam sexualmente de crianças são viciadas em sexo. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

45. **28. As mulheres que abusam sexualmente de crianças são pessoas pouco sociáveis. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

46. **29. As mulheres abusam sexualmente de crianças por opção. ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5 6

Discordo totalmente Concordo totalmente

47. 30. É mais comum uma mulher abusar sexualmente de crianças fora do seio familiar do que dentro da família. *

Marcar apenas uma oval.

64

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

Parte III:

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "nada" e 6 significa "muito", assinale em que medida considera que estas características são habituais:

48. 1. Nas mulheres que abusam sexualmente de crianças: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6	
Fria	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Baixa autotestima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Manipuladora	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Egoísta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Vulnerável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Agressiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Dissimulada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Simpática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Carente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Normal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Insegura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Doente mental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Depressiva	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Sem escrúpulos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	

49. 2. Nos homens que abusam sexualmente de crianças: *

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "nada" e 6 significa "muito"
 Marcar apenas uma oval por linha.

	1	2	3	4	5	6	
Frio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Baixa autotestima	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Manipulador	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Egoísta	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Vulnerável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Agressivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Dissimulado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Simpático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Carente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Normal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Inseguro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Doente mental	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Depressivo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
Sem escrúpulos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	

Parte IV:

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "discordo totalmente" e 6 significa "concordo totalmente"⁶⁵ assinale a opção que melhor corresponde ao seu grau de concordância relativamente ao que considera ser a primeira coisa que se deve fazer quando uma mulher que abusa sexualmente de crianças é descoberta:

50. 1. Afastar a abusadora da vítima. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

51. 2. Denunciá-la às autoridades policiais ou judiciais. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

52. 3. Contactar os serviços sociais. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

53. 4. Denunciá-la publicamente. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

54. 5. Comunicar à família da criança vítima. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

55. 6. Impedir o contacto dessa mulher com crianças. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

56. 7. Ser submetida a tratamento (médico, psiquiátrico ou psicológico) *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

66

57. 8. Deixar que os familiares ou amigos da criança abusada façam justiça pelas suas próprias mãos. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

Parte V:

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "discordo totalmente" e 6 significa "concordo totalmente", como se posiciona em relação às seguintes afirmações:

- Uma mulher que abusa sexualmente de crianças deve ser:

58. 1. Punida de acordo com a lei *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

59. 2. Internada *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

60. 3. Apoiada no sentido da reabilitação e reintegração na sociedade *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

61. 4. Tratada medicamente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

62. 5. Acompanhada psicologicamente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

67

63. 6. Exposta publicamente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

64. 7. Proibida de voltar a contactar com crianças o resto da vida. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

Parte VI:

Numa escala de 1 a 6, em que 1 significa "nada grave" e 6 significa "extremamente grave", qual o grau de gravidade que atribui aos seguintes atos?

65. 1. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança do sexo masculino. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

66. 2. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança do sexo feminino. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

67. 3. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança com menos de 5 anos. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

68. 4. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança de 5 a 10 anos. *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

69. **5. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança de 10 a 14 anos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

68

70. **6. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança de 14 a 16 anos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

71. **7. Uma mulher abusar sexualmente de uma criança de 16 a 18 anos. ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	6	
Nada grave	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente grave

Com tecnologia



Anexo C
Normas para Publicação - Revista Psicologia

Instruções para Autores

A revista PSICOLOGIA está aberta à recepção de manuscritos de trabalhos científicos submetidos por investigadores e profissionais no âmbito da Psicologia e das Ciências do Comportamento. Os artigos a publicar podem incidir sobre investigações empíricas ou revisões de literatura em áreas específicas da Psicologia.

Como submeter

Os manuscritos são unicamente submetidos por via electrónica. O sistema de submissões electrónicas pode ser acedido através do site da APP - www.appsicologia.org - ou directamente, através do site da revista: <http://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia>. Neste site deverá registar-se como autor de forma a não só poder submeter artigos como acompanhar o processo de revisão dos mesmos, através da sua área pessoal.

Antes de enviar o manuscrito, certifique-se que cumpre as normas de publicação da revista (em baixo indicadas) e as normas de publicação apresentadas em American Psychological Association, 2010, Publication Manual of the American Psychological Association, 6ª ed., Washington, DC: APA.

Tipo de publicação

A PSICOLOGIA aceita submissões de manuscritos em língua portuguesa e inglesa de dois tipos: *artigos* cujo tamanho não deve ultrapassar as 10.000 palavras; e *artigos breves* que não devem ultrapassar as 2.500 palavras (excluindo, para ambos os tipos de manuscritos, tabelas, figuras, bibliografia, notas de rodapé e anexos).

Os manuscritos devem ser trabalhos originais de investigação fundamental ou aplicada em Psicologia com base em metodologias quantitativas e/ou qualitativas. É dada preferência a trabalhos com contributos inovadores; cujo significado teórico seja de interesse alargado para várias áreas da psicologia e ciências afins; e escritos de forma a serem inteligíveis por uma gama alargada de leitores. No caso de submissões de *artigos*, são também aceites revisões de literatura incluindo ou não dados originais. Estas revisões devem ter por base uma análise crítica da investigação passada sobre o tema em questão.

Estrutura e formatação

A estrutura e formatação dos manuscritos deve ser feita de acordo com o manual de publicação da American Psychological Association, 6ª edição. Contudo, de forma a tornar o processo de revisão mais fácil para os editores e revisores, pede-se aos autores para integrarem as figuras e tabelas no texto principal em vez de as colocar no fim do manuscrito.

Apresentam-se seguidamente algumas linhas orientadoras da estrutura e formatação (para mais pormenores por favor consultar o manual da APA acima referido).

O manuscrito deve ser apresentado em formato *Word*.

A dimensão da folha deve ser A4 (21 cm x 29.7 cm), com margens, superior, inferior e laterais (direita e esquerda), de 3 cm.

O espaçamento entre linhas deve ser apresentado a dois espaços.

A letra Times New Roman a 12 pt.

Os parágrafos devem apresentar uma indentação de primeira linha a 1 cm (títulos incluídos).

Os manuscritos em português deverão ser acompanhados de um resumo em língua portuguesa e inglesa, não devendo cada um exceder as 150 palavras. Devem também ser apresentadas, pelo menos, 4 palavras-chave em português e inglês, bem como o

PERPETRADO POR MULHERES

título do manuscrito em português e inglês. No caso de manuscritos em língua inglesa, não é necessária a apresentação de resumo e palavras-chave em português. Esta informação deve ser disponibilizada no 3º passo da submissão online (inclusão de metadados) e num documento word em anexo no 4º passo da submissão online (transferência de documentos suplementares).

Os manuscritos não devem ser identificados. Contudo, na página de rosto deve ser indicado o tipo de submissão e a contagem do número de palavras total do manuscrito (excluindo tabelas, figuras, bibliografia, notas de rodapé e anexos). O nome, afiliação e endereços para correspondência com os autores deverão ser enviados no 3º passo da submissão.

Os títulos e subtítulos devem respeitar a seguinte formatação por níveis:

Nível 1: **Centrado, Negrito.**

Nível 2: **Alinhado à esquerda, negrito e indentado a 1 cm.**

Nível 3: *Alinhado à esquerda, negrito, itálico.*

Nível 4: *Alinhado à esquerda, itálico.*

Os vocábulos em língua estrangeira deverão ser apresentados em itálico

Condições para Submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com estas normas não serão consideradas para publicação.

1. A contribuição é original e inédita e não se encontra sob revisão ou no prelo em outra publicação.
2. Os ficheiros para submissão encontram-se em formato Microsoft Word.
3. O texto está formatado de acordo com as orientações de “Estrutura e formatação” acima descritas.
4. A identidade dos autores não é revelada no artigo, sendo mantida anónima.
5. O título, resumo e palavras-chave em português e em inglês são enviados num documento word no 4º passo da submissão - transferência de documentos suplementares.

Política de conflito de interesses e transferência de copyright

A publicação dos artigos aceites implica ainda da parte dos seus autores uma declaração de responsabilidade e de ausência de conflito de interesses, assim como a transferência de Copyright (direitos de autor) para a revista PSICOLOGIA.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços fornecidos nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Disposições Gerais

Os artigos publicados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Os artigos publicados podem ser colocados em repositórios institucionais.

Após aceitação a submissão permanecerá activa no site, o que permite que o processo de edição de texto e de prova continue a ser feito online através do sistema de submissões electrónicas da PSICOLOGIA.